



ESTADO DO PARANÁ



Folha 1

Órgão Cadastro:

CEASA

Em:

17/07/2023 14:16



Protocolo:

20.765.919-3

Interessado 1:

(CNPJ: XX.XXX.164/0001-67) CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANA S/A

Interessado 2:

Assunto:

AUDITORIA

Cidade: CURITIBA / PR

Palavras-chave:

AUDITORIA CONTABIL

Nº/Ano

1/2023

Detalhamento:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARECER DE AUDITORIA DO 10 TRIMESTRE/2023 DA CEASA/PR.

Código TTD: -

Para informações acesse: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/consultarProtocolo>

Relatório de Revisão de Informações Intermediárias

Curitiba (PR), 29 de maio de 2023

Ilmos. Srs.
Diretores e Conselheiros do
CEASA - Centrais de Abastecimento do Paraná S.A.
Curitiba — PR

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. (Companhia) em 31 de março de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias (NBC TR 2410) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para Conclusão com ressalva

Com base nas informações fornecidas pela administração, a Centrais de Abastecimento do Paraná – CEASA., calcula os encargos de depreciação dos bens que compõem o Ativo Imobilizado com base em critérios societários, os quais preveem a avaliação das vidas úteis dos bens para definição dos percentuais dos encargos mensais de depreciação, conforme requerido pela Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 1000 (R1), Seção 17 – Ativo Imobilizado, porém a Companhia não possui documentação que suporta as vidas úteis de seus imobilizados, assim como não realizou a revisão de suas vidas úteis.

AUDIPLAN AUDITORES INDEPENDENTES
Rua Jornalista Octavio Secundino, n.º370 – Bom Retiro – CEP 80.520-480
Telefax - (41) 3024-6800
www.audiplan.com - auditoria@audiplan.com
CURITIBA - PARANÁ

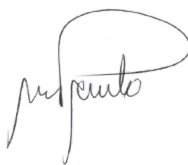
Com base em nossa revisão, com exceção do assunto descrito no parágrafo anterior, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram por nós auditadas, emitido parecer com modificação, (ressalva) datado em 13 de março de 2023.

Curitiba (PR), 29 de maio de 2023



AUDIPLAN AUDITORES INDEPENDENTES



CRC-PR Nº. 4.400/O-3

Sócio Responsável

Contador, PAULO ROBERTO DÓRO.

CRC-PR Nº. 12.673/O-8



Centrais de Abastecimento do Paraná S.A.
CNPJ 75.063.164/0001-67
Curitiba – PR

Informações Intermediárias do Período
Findo em 31 de março de 2023

Balanço Patrimonial

		Em Milhares de reais	
ATIVO	Nota	31.03.2023	31.12.2022
Circulante		37.387	37.889
Caixa e Equivalentes de Caixa		29.896	28.825
Bancos Conta Movimento	4	7.110	5.751
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	4	22.786	23.074
Direitos Realizáveis		7.408	9.002
Contas a Receber de Clientes	5	7.134	8.746
Tributos a Recuperar		57	58
Estoques		36	49
Outros Direitos Realizáveis	6	181	149
Despesas do Exercício Seguinte		83	62
Não Circulante		186.813	185.540
Realizável a Longo Prazo		3.177	3.507
Contas a Receber de Clientes	5	488	601
Depósitos Judiciais	7	1.889	2.046
Direito de Uso de Ativos	8	800	860
Investimentos		128	128
Imobilizado Próprio de Uso	9	183.508	181.905
Terrenos		110.243	110.243
Edificações		97.128	95.716
Instalações		3.586	2.584
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas		2.794	2.686
Veículos		1.841	1.841
Móveis e Utensílios		1.852	1.788
Aparelhos de Telecomunicações		69	69
Outras Imobilizações		1	1
(-) Depreciações e Amortizações		(34.006)	(33.023)
Intangível		-	-
Softwares		80	80
(-) Amortizações Acumulada		(80)	(80)
TOTAL DO ATIVO		224.200	223.429

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Balanço Patrimonial

		Em Milhares de Reais	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.03.2023	31.12.2022
Circulante		14.146	13.587
Fornecedores	10	2.101	1.172
Obrigações Sociais e Fiscais	11	1.522	2.103
Provisão de Férias, 13º Salário e Encargos	12	1.375	1.362
Provisão para Contingências	13	3.077	3.229
Dividendos Propostos	14	2.437	2.437
Outras Obrigações	15	3.434	3.024
Passivo de Arrendamento	16	200	260
Não Circulante		59.082	59.082
Passivo de Arrendamento	16	620	620
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital	17	9.758	9.758
Tributos Diferidos Passivos	18	48.704	48.704
Patrimônio Líquido		150.972	150.760
Capital Social Realizado	19	33.114	33.114
Reservas de Lucros	19	23.316	23.104
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19	94.542	94.542
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		224.200	223.429

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Demonstrações dos Resultados

		Em Milhares de Reais	
Demonstração do Resultado do Exercício	Nota	31/03/23	31/03/22
Receita Líquida	20	7.070	8.035
Despesas/Receitas Operacionais		(6.799)	(6.261)
Gerais e Administrativas	21	(5.487)	(5.078)
Remuneração e Encargos dos Administradores	22	(354)	(327)
Depreciação e Amortização	9	(983)	(865)
Outras Receitas Operacionais		25	9
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		271	1.774
Receitas Financeiras	23	851	699
Despesas Financeiras	23	(36)	(30)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição		1.086	2.443
Impostos de Renda e Contribuição Social Corrente	24	(874)	(979)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	25	-	96
Lucro/(Prejuízo) do Período		212	1.560
Lucro/(Prejuízo) por Ação - R\$ 1,00		0,01	0,05

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

		Em Milhares de Reais	
Demonstração dos Resultados Abrangentes	Nota	31/03/23	31/03/22
Lucro Líquido do Período		212	1.560
Movimentação do Período		-	-
Resultado Abrangente do Período		212	1.560

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em Milhares de Reais

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - 01/01/2022 a 31/03/2022							
Eventos	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Lucros para Expansão	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	31.114	1.456	3.710	6.020	95.451	-	137.751
Ajustes Adoção CPC 27 Imobilizado							
Realização da mais valia - Depreciação	-	-	-	-	(283)	283	-
Reversão de tributos diferidos	-	-	-	-	96	(96)	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	1.560	1.560
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	1.747	-	(1.747)	-
Saldos em 31 de março de 2022	31.114	1.456	3.710	7.767	95.264	-	139.311
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - 01/01/2022 a 31/03/2022							
Eventos	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Lucros para Expansão	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	33.114	2.045	6.066	14.993	94.542	-	150.760
Lucro líquido do período						212	212
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	212	-	(212)	-
Saldos em 31 de março de 2023	33.114	2.045	6.066	15.205	94.542	-	150.972

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Método Indireto

	Em Milhares de Reais	
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	31/03/23	31/03/22
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	1.086	2.443
Ajustes por:		
Provisão para Férias, 13º Salário e Encargos	13	30
Provisão para Contingências	(152)	243
Depreciações e Amortizações	983	865
Provisão para Credores Duvidosos	-	-
Lucro Ajustado	1.930	3.581
IR e CS Pagos	(874)	(979)
(Aumento) Diminuição nos Ativos Operacionais		
Clientes	1.725	4.404
Tributos a Recuperar	1	-
Estoques	13	(17)
Outros Direitos Realizáveis	(32)	(27)
Despesas do Exercício Seguinte	(21)	(20)
Depósitos Judiciais	157	(23)
Direitos de uso de Ativos	60	60
Aumento (Diminuição) nos Passivos Operacionais		
Fornecedores	929	1.164
Obrigações Sociais e Fiscais	(581)	(660)
Outras Obrigações	350	181
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	3.657	7.664
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de Imobilizado	(2.586)	(693)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	(2.586)	(693)
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	1.071	6.971
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	28.825	18.863
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	29.896	25.834

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Notas Explicativas às Informações Intermediárias do Período Findo em
31 de março de 2023
(Valores em milhares de reais)

Nota 1. Contexto Operacional

A Companhia tem como objetivo construir, instalar e administrar centrais de abastecimento e mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, além de efetuar a compra, venda, transporte e distribuição de gêneros alimentícios, diretamente a varejistas e/ou consumidores, exclusivamente quando lhe competir a participação em programas sociais, em sintonia com a política governamental.

Participar dos planos e programas do governo para a produção e abastecimento, a nível regional e nacional, promovendo e facilitando intercâmbio de mercado com as demais Unidades do Sistema e Entidades Vinculadas ao Setor.

Firmar convênios, acordos, contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, pertinentes as suas atividades.

Desenvolver, em caráter subsidiário e auxiliar, na política econômica do Governo, estudos e pesquisas dos processos, condições e veículos de comercialização de gêneros alimentícios, abrangidos por sua competência operacional.

Estabelecer e desenvolver relação de troca de serviços e desenvolver técnicas com as demais entidades vinculadas a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, de modo a favorecer e fortalecer a cooperação Inter organizacional no setor público agrícola do Estado.

As informações intermediárias foram aprovadas pela Administração da Companhia em 31 de julho de 2023.

Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações intermediárias estão definidas abaixo.

2.1 Base de Preparação

As informações intermediárias estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As informações intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações intermediárias estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de informações intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações intermediárias, estão divulgadas na nota explicativa "3".

2.2 Instrumentos Financeiros

2.2.1 Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de "Receitas Financeiras e Despesas Financeiras".

Em 31 de março de 2023, a Companhia possui caixas e equivalentes de caixa (nota explicativa "4"), nessa classificação.

Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de março de 2023, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de março de 2023, a Companhia possui contas a receber de clientes (nota explicativa "5"), nessa classificação.

Passivos Financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

Outros passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de março de 2023, no caso da Companhia, compreendem saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa "10").

2.2.2 Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "outros ganhos/(perdas) líquidos" no período em que ocorrem.

2.2.3 Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até noventa dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.4. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal do Grupo), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para crédito liquidação duvidosa "PCLD" constituída com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

2.5. Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio histórico, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos históricos e conversão bem como custos para colocar os estoques em sua localização e condição atual.

2.6. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez./95, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, as taxas foram estabelecidas em função do tempo de vida útil fixadas por espécie de bens. No exercício de 2010 os principais bens integrantes do Ativo Imobilizado foram mensurados ao valor justo, qual referem-se ao "deemed cost", relativo à adoção inicial ao IFRS, líquido do IR e CS passivo diferido, em conformidade com o disposto na NBC TG 1000 (R1), baseados em laudos internos de avaliação.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.7. Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização, quando aplicável, a qual leva em consideração o prazo de vida útil e/ou de realização estimado dos ativos intangíveis.

2.8. Investimentos

Estão demonstrados pelo custo de aquisição, acrescidos de correção monetária até 31/dez./95, conforme artigo 4º da Lei nº 9.249 de 26/dez./95.

2.9. Contas a Pagar - Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços, conforme mencionamos na nota explicativa "10".

2.10. Demais Ativos e Passivos

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base "pro-rata die".

2.11. Adiantamento Futuro Aumento de Capital

A Companhia possui valores de aportes do Governo do Estado do Paraná, acionista majoritário, na rubrica adiantamento para futuro aumento de capital, cujos comprovantes estão contidos no sistema integrado de documentos do Estado do Paraná, protocolado físico nº 8002075-9 e digital nº 15.918.311-4, ora em tramitação para fins de incorporação ao capital social, em futura Assembleia Geral Extraordinária. Vide nota explicativa "17".

2.12. Provisões para Contingências

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do grupo. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa "13".

2.13. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações intermediárias. O imposto de renda e contribuição social diferido são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O Regime tributário da Companhia: Lucro Presumido.

2.14. Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

Receita decorrente da prestação dos serviços é reconhecida na medida em que os serviços são prestados.

2.15. Operações de Arrendamento Mercantil

A NBC TG 06 (R3), aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo de os arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso para todos os contratos de arrendamento em que estiverem no escopo da norma, a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

A Companhia realizou o levantamento, e contabilizou os efeitos de forma prospectiva, acarretando incremento nas contas patrimoniais, que sofreram alterações significativas, pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial o ativo de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar ajustados ao valor presente.

Em 31 de março de 2023 o ativo de direito de uso representa R\$ 800, e o passivo com obrigações do direito de uso representa R\$ 200 no passivo circulante, e R\$ 620 no passivo não circulante.

Nota 3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros Impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas informações intermediárias e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa "13". Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações intermediárias.

Nota 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/03/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	7.110	5.751
Aplicações de liquidação imediata	22.786	23.074
	29.896	28.825

Nota 5. Contas a Receber de Clientes

	31/03/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Clientes permissionários	6.973	-	8.615	-
Créditos com permissionários	966	-	936	-
Créditos judiciais de clientes	-	8.508	-	8.621
(-) Provisão para credores	(805)	(8.020)	(805)	(8.020)
	7.134	488	8.746	601

Companhia realizou o levantamento de informações referente a credores duvidosos e para a data base 31 de março de 2023 a provisão contábil, totalizando o saldo de Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD no circulante de R\$ 805 e RS 8.020 no não circulante.

Nota 6. Outros Direitos Realizáveis

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Antecipações de 13º salário	99	-
Antecipações de férias	80	149
Adiantamentos para viagens	2	-
	<u>181</u>	<u>149</u>

Nota 7. Depósitos Judiciais

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Depósitos judiciais	1.889	2.046
	<u>1.889</u>	<u>2.046</u>

Depósitos judiciais correspondem aos valores depositados em juízo, relativos a ações cíveis e trabalhistas, realizados para garantir a execução dessas ações. Os valores são corrigidos, na sua maioria, pela Taxa Referencial (TR), dependendo da natureza jurídica.

No período findo em 31 de março de 2023, quando comparado a 31 de dezembro de 2022, houve uma diminuição de R\$ 157 mil, referente a baixa de depósitos relacionados a ações cíveis e/ou trabalhistas.

Nota 8. Direito de Uso de Ativos

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imóveis alugados	800	860
	<u>800</u>	<u>860</u>

A Companhia possui um segundo contrato de locação, com a empresa Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR, contrato que possui como objeto o imóvel para fins comerciais da Sede Administrativa do CEASA, situado na Avenida Silva Jardim, nº 303, Rebouças — Curitiba/PR. O contrato nº- 16.554.230-4, de 21/08/2020, dispõe, dentre outros assuntos, sobre a obrigação futura mensal gerada de R\$ 20 mil a serem pagos pela CEASA para a empresa durante todo prazo do contrato, qual possui vigência de 60 meses, a contar a partir de agosto de 2021.

A mensuração do custo do ativo de direito de uso de ativos corresponde ao valor líquido do passivo de arrendamento, calculado sobre o aluguel mínimo previsto nos contratos, descontados a valor presente pelas taxas projetadas e prazos de arrendamento, sendo este o período não cancelável e coberto por opção de prorrogar o arrendamento, se a Companhia estiver razoavelmente certa de exercer esta opção. A depreciação mensal do ativo de direito de uso de imóveis é calculada, linearmente, pelo prazo de vigência previsto no contrato, independente de cláusula de renovação em conformidade com políticas internas.

Portanto, em 31 de março de 2023 o ativo de direito de uso representa R\$ 800, e o passivo com obrigações do direito de uso, representa R\$ 200 no passivo circulante e R\$ 620 no passivo não circulante.

Nota 9. Imobilizado

A movimentação do Imobilizado ocorrida no período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de março de 2023:

			31/03/2023	31/12/2022
Imobilizado	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Terrenos	110.243	-	110.243	110.243
Edificações	97.128	(28.897)	68.231	67.728
Instalações	3.586	(1.003)	2.583	1.543
Móveis e Utensílios	2.794	(1.075)	1.719	729
Máquina, Equipamentos e Ferramentas	1.841	(1.709)	132	1030
Veículos	1.852	(1.259)	593	624
Aparelhos de Telecomunicação	69	(63)	6	7
Outras Imobilizações	1	-	1	1
Total	217.514	(34.006)	183.508	181.905

Imobilizado	Saldo 31/12/2022	01/01/2023 a 31/03/2023			Saldo 31/03/2023
		Adições	Baixas	Depreciações	
Terrenos	110.243	-	-	-	110.243
Edificações	67.728	1.412	-	(802)	68.338
Instalações	1.543	1.002	-	(70)	2.475
Móveis e Utensílios	729	64	-	(15)	778
Máquina, Equipamentos e Ferramentas	1.030	108	-	(53)	1.085
Veículos	624	-	-	(42)	582
Aparelhos de Telecomunicação	7	-	-	(1)	6
Outras Imobilizações	1	-	-	-	1
Total	181.905	2.586	-	(983)	183.508

Nota 10. Fornecedores

	31/03/2023	31/12/2022
Fornecedores de materiais	2	-
Fornecedores de serviços	2.099	1.172
	2.101	1.172

Nota 11. Obrigações Sociais e Fiscais

	31/03/2023	31/12/2022
Obrigações Sociais		
INSS, FGTS e IRRF S/ Folha de Pagamento	310	752
Obrigações Fiscais		
IRPJ - Balancete Suspensão Redução	631	710
CSLL - Balancete Suspensão Redução	233	347
PIS	18	15
COFINS	83	65
Imposto de Renda de Terceiros	10	5
Seguridade Social	128	110
ISS	64	80
PIS/COFINS/CSLL Retidos	45	19
	1.522	2.103

Nota 12. Provisões para Férias, 13º Salário e Encargos

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão de Férias	848	1.008
Provisão INSS e FGTS s/Férias	299	354
Provisão 13º Salário	168	-
Provisão INSS e FGTS s/13º Salário	60	-
	<u>1.375</u>	<u>1.362</u>

Nota 13. Provisão para Contingências

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para Contingências Cíveis	233	234
Provisão para Contingências Trabalhistas	2.844	2.995
	<u>3.077</u>	<u>3.229</u>

A Companhia é parte em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações, de natureza cível, que representavam, em 31 de março de 2023, o montante indicado como passivo contingente referente a essas questões. Não há nenhuma ação individual de valor significativo.

Trabalhistas - A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

Nota 14. Dividendos Propostos

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Dividendos Propostos	2.437	2.437
	<u>2.437</u>	<u>2.437</u>

Nota 15. Outras Obrigações

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Débitos de Terceiros	-	2
Contas a Pagar	19	19
Débitos de Funcionários e Consignações	26	37
Fundo de Reserva	3.389	2.966
	<u>3.434</u>	<u>3.024</u>

Nota 16. Passivo de Arrendamento

Em 31 de março de 2023 o passivo com obrigações do direito de uso representa R\$ 200 no passivo circulante, e R\$ 620 no passivo não circulante.

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Curto Prazo		
Obrigação com Aluguéis	200	260
Longo Prazo		
Obrigação com Aluguéis	620	620
	<u>820</u>	<u>880</u>

Nota 17. Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital

	31/03/2023	31/12/2022
Governo do Estado do Paraná	9.758	9.758
	9.758	9.758

Nota 18. Tributos Diferidos Passivos

	31/03/2023	31/12/2022
IRPJ – Diferido	35.812	35.812
CSLL - Diferida	12.892	12.892
	48.704	48.704

Nota 19. Patrimônio Líquido

a) O capital social está representado por 31.114.102 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalizando R\$ 31.114.102,00, pertencente inteiramente a sócios domiciliados no país.

b) Reserva de lucros: O saldo restante da conta de lucros acumulados, deduzidos das destinações propostas no exercício, será destinado a reservas de lucros a disposição dos acionistas, conforme disposto no artigo nº 202, da Lei nº 6.404/76.

c) Dividendos Propostos: No decorrer do 1º trimestre de 2023 não foram propostos dividendos aos acionistas.

d) Lucro por ação: O lucro/(prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações:

	31/03/2023	31/12/2022
Lucro/(Prejuízo) Atribuível aos Acionistas	212	11.785
Quantidade de Ações de Capital	33.114	33.114
Lucro/(Prejuízo) Básico por Ações	0,01	0,36

Nota 20. Receitas e Deduções

	31/03/2023	31/03/2022
Prestação de Serviços Mercado Interno	7.338	8.339
Deduções da Receita Bruta	(268)	(304)
	7.070	8.035

Nota 21. Despesas Gerais e Administrativas

	31/03/2023	31/03/2022
Despesas com Pessoal	(1.614)	(1.234)
Ocupação	(60)	(60)
Utilidades e Serviços	(1.945)	(1.794)
Despesas Gerais	(1.800)	(668)
Impostos e Taxas	(52)	(1.080)
Despesas com Provisões	(16)	(242)
	(5.487)	(5.078)

Nota 22. Remuneração dos Dirigentes

No período de 01/jan./23 a 31/mar./23 a remuneração com dirigentes representa R\$ 354 e R\$ 327 no mesmo período do ano 2022.

Nota 23. Receitas e Despesas Financeiras

	31/03/2023	31/03/2022
Receitas Financeiras		
Multas Contratuais	56	49
Juros Ativos	117	154
Rendas Títulos e Valores	678	496
	851	699
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(16)	(14)
IOF	(20)	(16)
	(36)	(30)
	815	669

Nota 24. IRPJ e CSLL Corrente

	31/03/2023	31/03/2022
Provisão Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(641)	(718)
Contribuição Social Lucro Líquido	(233)	(261)
	(874)	(979)

Nota 25. IRPJ e CSLL Diferido

	31/03/2023	31/03/2022
Imposto de Renda Diferido	-	70
Contribuição Social Diferida	-	26
	-	96

Nota 26. Seguros (Não Auditados)

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, a contratação de seguros é efetuada de acordo com o grau dos riscos envolvidos, cuja política é contratar por valores condizentes.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Nota 27. Lei Geral de Proteção de Dados — LGPD

A partir de agosto de 2020 entrou em vigor a Lei nº 13.709/18, conhecida como a Lei Geral de Proteção de Dados — LGPD, que estabelece regras sobre a coleta, o tratamento, o armazenamento e o compartilhamento de dados pessoais gerenciados pelas empresas. Esta Lei afetará todas as organizações que colem, usem, armazenem ou processem de alguma forma, dados pessoais (de pessoas físicas) de colaboradores, clientes ou fornecedores e tem por objetivo a proteção da privacidade dos dados pessoais, que implicará na adoção de medidas administrativas, procedimentais e estruturais para garantir a aplicação da Lei.

A Lei de Transparência exige hoje publicações de dados diversos, o que vem sendo cumprido pela CEASA/PR em sua íntegra, resguardadas as observações e responsabilizações pertinentes, ao uso indevido dos dados ali contidos. Cabe salientar que a Lei Geral de Proteção de Dados, hoje passa por todos os níveis da Instituição, onde demanda de ações e cuidados junto aos prestadores de serviços de forma geral, os quais demandarão de cláusulas contratuais específicas, em especial aos fornecedores de suporte de TI (mídias disponíveis), com acessos diversos, dentre outros, o que operacionalmente em suas renovações, vem sendo observado no contexto da gestão com foco na LGPD.

Para informação junto ao corpo funcional, consta nos prontuários individualizados dos empregados o envio e informe do uso de cartilha desenvolvida pela CGE Controladoria Geral do Estado, onde apresenta as informações relevantes e conceituações da LGPD, para conscientização dos empregados.

Curitiba, 31 de março de 2023.

(assinado digitalmente)

Eder Eduardo Bublitz
Diretor Presidente
CPF 035.476.299-00

Paulo Ricardo da Nova
Diretor Agrocomercial
CPF 320.926.019-20

João Luiz Buso
Diretor Administrativo
CPF 358.668.459-20

Antonio Leonardecz
Diretor Técnico
CPF 640.795.979-91

Gabrielle Ribeiro dos Santos
Contador CRC-PR 077.811/O
CPF 086.780.769-50

Documento: **DFsCEASA1Trim.2023v.2.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Gabrielle Ribeiro dos Santos** em 17/07/2023 14:17, **Joao Luiz Buso** em 19/07/2023 12:08, **Eder Eduardo Bublitz** em 20/07/2023 10:08.

Assinatura Avançada realizada por: **Antonio Leonardecz (XXX.795.979-XX)** em 18/07/2023 07:24 Local: CEASA/DT.

Assinatura Simples realizada por: **Paulo Ricardo da Nova (XXX.926.019-XX)** em 18/07/2023 06:35 Local: CEASA/DA.

Inserido ao protocolo **20.765.919-3** por: **Gabrielle Ribeiro dos Santos** em: 17/07/2023 14:17.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
cd91f5eb8313388701299b551d4fdaf.